

VADE MECUM

# Pequenos Negócios, Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social e Produtiva



## 1 - Normas Gerais da Redesim

- Constituição Federal (artigos 146, 170 e 179)
- Lei Complementar nº 123/2006 – Capítulo III
- Lei nº 11.598/2007 – Lei da Redesim
- Resolução nº 22/2010 – Comitê para a Gestão da Redesim (CGSIM)
- Resolução nº 48/2018 - Trata do MEI
- Resolução nº 51/2019 – Baixo Risco
- Resolução nº 140/2018 – Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) – Regras tributárias
- Lei nº 13.874/2019 - Lei da Liberdade Econômica
- Resolução nº 57/2020 - CGSIM
- Resolução nº 59/2020 – CGSIM - Estabelece como de baixo risco todas as ocupações do MEI
- Resolução nº 60/2020 – CGSIM - Subcomitês Estaduais
- Resolução nº 61/2020 – CGSIM
- Lei nº 14.063/2020 - Trata do uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos
- Lei nº 14.195/2021 – Lei do Ambiente de Negócios

## 2 - Gestão da REDESIM

- Inciso XIV do art. 132 e art. 134 do Decreto nº 9.745, de 2019 - Estrutura do Ministério da Economia – Competências da SGD e do DREI
- Decreto nº 9.927, de 22 de julho de 2019 - Dispõe sobre o CGSIM

### **3 - Registro de Empresas**

- Lei nº 8.934, de 1994 - Lei de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins
- Decreto nº 1800, de 1996 - Decreto que regulamenta a Lei de Registro Público
- IN DREI nº 81 de 2020 - Registro de empresários e sociedades

### **4 - Licenciamento contra incêndio e emergência**

- Resolução nº 58/2020 – CGSIM – Classificação de Risco dos Bombeiros

### **5 - Licenciamento sanitário**

- Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa (RDC) nº 49/2013 – inclusão produtiva com segurança sanitária para Microempreendedores Individuais, empreendimento familiar rural e empreendimento econômico solidário
- Cartilha: Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária: orientação para gestores de políticas públicas municipais e trabalhadores da vigilância sanitária
- Cartilha: Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária: orientação para empreendedores
- RDC Anvisa nº 153/2017 – Classificação de risco
- RDC Anvisa nº 207/2018 – Competência das Vigilâncias Sanitárias
- Instrução Normativa nº 16/2017 – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- Instrução Normativa nº 16/2015 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Lei nº 13.680/2018 – Lei do Selo Arte – Comercialização de produtos de origem animal
- Resolução nº 62/2020 – Classificação de risco para atividades sujeitas a Vigilância Sanitária

### **6 - Licenciamento-ambiental**

- Lei Complementar nº 140/2011 – cooperação entre os entes da federação para o meio ambiente
- Resolução Conama nº 001/1986
- Resolução Conama nº 237/1997

## 7 - Compras Públicas

- Constituição Federal - Artigos 170, inciso IX e 179
- Lei Complementar nº 123/2006 – Capítulo V - Aquisições Públicas
- Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações - Art. 5o-A. As normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da Lei Complementar nº 123/06.
- Lei nº 11.947/09 – Institui o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar - Art. 14 estabelece que do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.
- Decreto nº 8.538/15 – Regulamenta o tratamento diferenciado para os pequenos negócios nas compras públicas, no âmbito do Governo Federal
- Decreto nº 10.024/19 - Regulamenta o Pregão Eletrônico
- Lei nº 13.979/20 - Dispõe sobre as medidas para enfrentamento ao COVID - Art. 4º trata da Dispensa de Licitação para aquisição ou contratação de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei.
- Lei nº 13.987/20 - Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.
- Resolução nº 02/20 FNDE - Dispõe sobre a execução do PNAE durante o período de estado de calamidade pública.
- Lei nº 14.065/20 - Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos realizados no âmbito da administração pública; adequa os limites de dispensa de licitação; amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

